

# O Senado, a opinião pública e a disputa política

ALBERTO CARLOS ALMEIDA

A tarefa de realizar uma pesquisa no Senado, em uma semana de elevada temperatura política, não é trivial. É correto afirmar que os senadores são homens públicos que não se furtam em opinar sobre temas igualmente públicos. Mas também é certo que são pessoas ocupadas, particularmente quando o Senado se torna o foco do noticiário político nacional, e principalmente quando a tensão gerada pela crise se torna um obstáculo a mais, para a realização de uma pesquisa que quer saber justamente o que pensam os senadores a respeito da crise.

Adicionalmente, qualquer pesquisa necessita ser conduzida dentro de rigorosos padrões metodológicos. No caso de uma pesquisa no Senado é necessário realizar ao menos 50 entrevistas,

distribuídas proporcionalmente ao tamanho dos blocos governista e oposicionista, e também em relação às regiões do país. Feito isso, os resultados da pesquisa serão representativos do que pensa o Senado sobre o tema. Os dados revelam que a meta foi atingida.

Por mais que possa parecer estranho, face ao clima de indignação geral da opinião pública em relação à crise do Senado, apenas 17% dos senadores acham que o Senador Arruda deve ser punido com a cassação, e 15% acham que esta deve ser a punição para o senador Antonio Carlos Magalhães. Além disso, algo em torno de 11% consideram que deve haver punição, porém mais branda.

Destaca-se nos resultados a proporção daqueles que ainda não se decidiram (25%), porque aguardam os resultados dos trabalhos da comissão de ética. Para

completar, 25% dos senadores se recusaram a responder porque são membros do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (somando-se titulares e suplentes a comissão de ética é composta de 38% dos 81 senadores), e aproximadamente 22% não responderam as perguntas sobre as punições dos senadores, e não justificaram porque não quiseram responder.

Se olharmos os dados separando-se bloco governista do oposicionista, veremos que grande parte daqueles que defendem a cassação são senadores de oposição, ao passo que grande parte dos que não responderam, por qualquer motivo que seja, são senadores governistas. Um total de 46% dos oposicionistas acham que a punição deve ser a cassação, ao passo que esta é a escolha de não mais do que 8% dos senadores dos partidos do governo. Por outro lado, 80% dos gover-

nistas preferem não se manifestar sobre o assunto, e apenas 50% dos oposicionistas decidiram não opinar.

Adicionalmente, existe uma grande diferença entre governistas e oposicionistas quando se pergunta se a confissão dos dois senadores, José Roberto Arruda e Antonio Carlos Magalhães, amenizaria ou não a gravidade das irregularidades. No bloco de oposição, 90% dos senadores consideram que não amenizaria, e junto ao governo, 57% dos senadores acham a mesma coisa. Como podemos explicar estes resultados?

A explicação é que o Senado, como qualquer parlamento, funciona seguindo duas lógicas: uma ditada pela pressão da opinião pública, que é tanto mais forte quanto mais informado é o eleitorado sobre o que acontece na política. A outra lógica é a da disputa

de poder entre governo e oposição e entre diferentes grupos dentro de cada um dos blocos.

É verdade que há uma forte indignação do eleitorado brasileiro em relação ao que vem sendo apurado sobre a votação que cassou Luis Estevão. Pode até ser que a grande maioria dos eleitores queira ver cassações. Mas isto seria suficiente para persuadir os Senadores a fazê-las? Do outro lado da balança se encontra a disputa entre governo e oposição.

Realizar cassações de dois senadores do bloco governista seria uma evidente derrota política para o governo. As cassações seriam tomadas pelo eleitorado, e pela oposição, como a prova final de que as irregularidades eram graves, e que por isso haviam merecido uma punição grave.

Evitar as cassações, ainda que possa não ser interpretado como

uma derrota da oposição, certamente seria uma vitória imediata do governo que, mesmo sob um forte fogo cruzado, manteria no Senado dois senadores até agora centrais na liderança da coalizão. Vitória imediata porque o eleitorado poderá enviar a cobrança das não-cassações em 2002. Porém, a essa altura dos acontecimentos a cobrança pode vir com ou sem cassações.

O fato é que a discrepância de opiniões, entre senadores governistas e oposicionistas, reflete o caráter político das apurações que vem sendo realizadas pelo Senado. O desfecho da batalha será também político, resultado de uma queda de braço entre a opinião pública e a disputa que motiva os nossos representantes, a disputa de poder.

Alberto Carlos de Almeida é diretor do DataUFF